

colonial; entre elas, a fundação de Companhias de comércio. A instituição da Companhia do comércio de Pernambuco e Paraíba em 1759 é estudada, partindo o Autor do contexto da própria Capitania de Pernambuco e suas subalternas, da legislação que a estabelece e de sua estrutura jurídica e administrativa, assim como a formação do capital social da empresa. Assentadas assim as suas coordenadas, passa-se às questões ligadas propriamente a seu funcionamento, navios, rotas, portos e produtos comerciados. O gênero monopolizado pela Companhia era o açúcar, principal produto da economia nordestina colonial. Embora os índices de lucratividade já não fossem os dos séculos anteriores, a demanda do mercado europeu ainda justificava a comercialização das 12.300 caixas anuais (de 40 arrobas cada uma) da produção pernambucana. Tabelas e gráficos dão-nos conta das flutuações dos preços daquele gênero, nos anos de funcionamento da Companhia. Ademais do açúcar, ocupava-se ela, ainda, da exportação do couro – atoados, em cabelo ou em sola – e de “drogas do sertão”. Em contrapartida, colocava, em território colonial, manufaturas portuguesas. Se a política industrialista metropolitana pesava tão consideravelmente no pensamento pombalino, é natural que outros setores, como o das Companhias de comércio, fossem a ela complementares. Ora, assim sendo, a Real Fábrica de Sedas, as fábricas de lã (Covilhã e do Fundão), de tafetá, de algodão, de louça, etc., tiveram seus produtos introduzidos em Pernambuco pela Companhia de comércio.

Analisando os livros contábeis, José Ribeiro Júnior pôde demonstrar que a evolução financeira da empresa teve crescimento uniforme de 1760 a 1764, declinando a partir de então, e mais acentuadamente, em 1769. Os últimos anos de sua existência (até 1780) correspondem a uma estabilização em nível baixo. Gráficos dos lucros e dividendos são apresentados, evidenciando-se a desproporção entre eles.

As crises da Companhia, que acabam por ordenar-lhe a liquidação, tiveram em sua base o conflito de interesses entre os mercadores metropolitanos e os coloniais. Também os excessos na concessão de créditos apressaram-lhe o fim. Ademais, não se lhe pode isolar da própria situação geral precária do Erário Régio. Sucessivas representações das Câmaras Municipais de vilas pernambucanas evidenciam os prejuízos causados pelo monopólio detido pela Companhia. A gente colonial propugnava pela sua extinção, reclamando do arbítrio dos deputados da empresa e dos altos preços cobrados pelos artigos importados. Em sucessivas justificativas, a Junta de Administração da Companhia procurava defender-se das acusações, sem lograr, no entanto, deter o fim de seu monopólio.

Com base em vasta documentação manuscrita, compulsada em Portugal (Arquivo Histórico, do Ministério de Obras Públicas, Biblioteca Nacional, Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, Arquivo Geral da Marinha) e no Brasil (Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro), na bibliografia publicada e em decorrência do acurado estudo e análise que delas fez, o Autor atinge concretamente a sua conclusão. A Companhia Geral de Pernambuco, dentro dos objetivos de uma empresa de exploração colonial da época mercantilista, pôde intensificar a ligação mercantil regular entre Pernambuco e a metrópole, integrando-se no comércio mundial e acelerando a acumulação primitiva européia. Isto, não obstante, como reconheceu a própria Junta liquidatária da Companhia, a caducidade, já para aquele momento, de seus métodos de exploração econômica. — Heloísa Liberali Bellotto.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes – A Revolta de Princesa: uma contribuição ao estudo do mandonismo local. Paraíba (1930); RIBEIRO, Domingos de Azevedo – João Pessoa e a Música; OCTÁVIO, José – João Pessoa perante a História: textos básicos e estudos críticos; NUNES, Luiz (Severino Sertanejo) – A morte de João Pessoa e a Revolução de 30.

Em 1978, o Estado da Paraíba comemorou o centenário do nascimento de João Pessoa. Patrocinada pela Secretaria da Educação do Governo do Estado da Paraíba saiu publicada uma

série de livros, a maioria inéditos e escritos para festejar a ocasião, outros, reedições de livros clássicos, obras de circunstância, e que, há anos, encontravam-se esgotados. Inéditos são os quatro apresentados nesta resenha, além de *João Pessoa, perfil de um homem público*, de Humberto de Melo, *Soldado Paraíba, orgulho do grande presidente*, de Eurivaldo Caldas Tavares, *João Pessoa, o sentido de uma vida e uma época*, de Epitácio Cavalcanti de Albuquerque. Em segunda edição estão os de Ademar Vidal, *João Pessoa e a Revolução de 30* e *Nas Vésperas da Revolução*, de Álvaro de Carvalho.

Este volume de obras marca a homenagem a João Pessoa e, como conjunto, representa contribuição para o estudo de um acontecimento histórico ligado à Revolução de 1930 e à Paraíba. De maneira geral, todos se centram no caráter marcante do fenômeno João Pessoa, dando realce excepcional à sua figura, o que não quer dizer que sejam apologéticos: por isto, é que, inicialmente, devemos deixar claro os limites desta interpretação, pois há distância entre a apologia e a objetividade histórica. Até hoje, por razões ideológicas dos vencedores de 1930 ou por motivos locais e de interesse próprio, João Pessoa tem sido elevado a fator fundamental de um processo renovador intenso na Paraíba, além de ser apresentado como um elemento determinante da revolução de outubro. Num e noutro caso, apressadamente, não podemos acentuar demasiadamente e nem menosprezar a sua presença, mas, encarar-la objetivamente dentro de cada um dos casos. Seu papel na revolução de 1930 é epidêmico, pois, tanto ele como Antônio Carlos — para não falarmos da centena de outros aderentes da Aliança Liberal —, não passam de elementos conservadores, pertencentes às oligarquias estaduais, ligados ao *establishment*; as articulações revolucionárias contra Washington Luís geralmente são feitas sem o seu conhecimento por pessoas que o antecedem na conspiração; ponderável é o fato do qual participa involuntariamente: o seu assassinato e a posterior repercussão. Sua morte é devida a razões pessoais, mas é denunciada como produto da política anti-Aliança Liberal, o que galvaniza novamente o processo conspiratório, processo que se encontrava em declínio. Assim, no plano federal, sua presença é totalmente secundária, mas seu assassinato representa bandeira, símbolo, que vai tomar forma dinâmica própria, fundamental para o cenário da revolução. Mais determinante, no entanto, é o seu papel na luta pelo fortalecimento da Paraíba, quando procura impor novas medidas políticas e fiscais. Neste caso, para compreendermos o alcance das medidas postas em prática por ele, seria necessário relacioná-las com o seu corolário, que é a noção da essência do poder do Estado: especificamente, o Estado (na Paraíba) é a expressão oligárquica de famílias tradicionais — representada pelos Suassunas, os José Pereira, etc.; é contra elas, então, que João Pessoa se vê obrigado a lutar e adotar até medidas fiscais, para cortar as ligações que mantém com Pernambuco. Mas, no caso particular, além destes recursos, legais e de força, são usados outros instrumentos, que muitas vezes chegam até a vilania pessoal, como é o caso de João Pessoa, quando publica cartas amorosas e íntimas de João Dantas — para espanto geral, no próprio *Diário Oficial*. É este incidente que provoca o assassinato do Governador e que servirá de pretexto para a revolução de outubro, pois, propositalmente, procura-se confundir a morte de João Pessoa com a política federal de Washington Luís.

Particularmente, são estes os dois eixos fundamentais do problema e é sob este ponto-de-vista que comentaremos os livros. De maneira geral, vamos dividir a análise em duas partes, pois cada uma apresenta certa unidade: em primeiro, falaremos dos livros de Domingos Azevedo Ribeiro e Luís Nunes, em segundo, de José Otávio e Inês Caminha.

Os dois primeiros são obras particulares, pelo tema abordado ou pelo enfoque literário: o livro de Luís Nunes, *A Morte de João Pessoa e a revolução de 30*, é um relato destes acontecimentos, sob a forma da literatura de cordel. Baseando-se em informações pessoais e em livros, ele conta-nos em verso toda a odisséia da Paraíba. No entanto, realidade e imaginação confundem-se e a análise conclui incorretamente, muitas vezes: por exemplo, quando diz que *Juarez, porém, sugeriu/ Fosse a "marcha" iniciada/ No dia quatro seguinte/ Logo pela madrugada./ Mas no sul, no dia três,/ Por um engano, talvez,/ Era a "marcha" deflagrada*: assim, por razões esdrúxulas do nosso autor, para ele a data da revolução é mal compreendida em Minas e Rio Grande do Sul, enquanto a Paraíba segue o calendário determinado. No entanto, é o contrário o que se dá em relação à data: Juarez faz confusão e inicia o movimento após a data. Por sua vez, a participação de José Pereira na revolta de Princesa é vista simples e ingenuamente como

traição pessoal a João Pessoa: *Coronel José Pereira/ Confesso a dor da surpresa/ Causou-me seu telegrama/ Procedente de Princesa/ Exemplo de lealdade/ Trajado pela maldade/ Eis minha grande tristeza*. Como dizia Marx de Heine, os poetas tem direito de "possuir suas excentricidades". Fora este aspecto, não podemos negar o valor da poesia das comparações feitas por Luís Nunes.

De uma densidade analítica e de grande esforço de pesquisa é a obra de Domingos de Azevedo Ribeiro, *João Pessoa e a Música*. O livro levanta todos os hinos referentes à Aliança Liberal e à revolução de 1930: o da Aliança Liberal, o Hino Liberal, o de Princesa, a Marcha Fúnebre de 26 de Julho (data da morte de João Pessoa), o Hino a João Pessoa, o Hino a Juarez Távora, o Hino da Revolução, o "Nego" e uma dezena de outros. Cada reprodução musical é acompanhada da respectiva letra, de informação sobre o compositor, de dados históricos sobre a sua composição, além de rica iconografia. E pelo levantamento podemos avaliar a extensão do movimento da Aliança Liberal e o infindável número de músicas compostas em homenagem a João Pessoa, a Getúlio Vargas ou a Juarez Távora, etc.; no entanto, a maior parte delas não passa de peças secundárias, a não ser o mais falado deles, repetido constantemente na época, que é o Hino a João Pessoa, gravado pela Casa Edson, no Rio, e que servia de refrão aos comícios contra Washington Luís: *Lá do Norte um herói altaneiro/ Que da Pátria o amor conquistou/ Foi um vivo farol que ligeiro/ Acendeu e depois se apagou* (Estribilho) *João Pessoa, João Pessoa/ Bravo filho do sertão/ Toda a Pátria espera um dia/ A tua ressurreição...*

Os dois outros livros são obras de história. O de José Otávio e o de Inês Caminha complementam-se, dão-nos uma visão total da Paraíba na década de 1920 e nos acontecimentos revolucionários de 30. Cada um usa enfoque diferente, mas o esforço e o resultado final são satisfatórios em ambos. Vamos, no entanto, analisá-los separadamente.

José Otávio, em *João Pessoa perante a História: textos básicos e estudos críticos*, fornece-nos, como o título indica, uma antologia. Usando de material publicado por outros autores, ele levanta todo o período de João Pessoa, dividindo-o em três partes: a primeira delas é a de posicionamento teórico do autor; a segunda, trata de João Pessoa e o processo histórico que se subdivide, por sua vez, em quatro unidades: *Das Origens ao Governo de João Pessoa*, onde mostra a origem da escolha de João Pessoa, sua administração e problemas internos; *Da Aliança Liberal e Guerra Civil*, onde se estende sobre a Aliança e a Guerra de Princesa; *Do Assassinato e Revolução*, título que esclarece linearmente o seu objetivo; e, finalmente, *Balço de uma Obra*, que é análise global do período e do fenômeno João Pessoa. Nos 60 textos ordenados, levanta os problemas básicos que povoam a Paraíba e acentua, desta maneira, a sua posição diante do que considera primordial. No balanço final, o quadro que nos dá é bastante completo e inteligentemente exposto. Não só o autor mostra conhecer a bibliografia, mas, o mais importante, a usa com método, com seqüência didática, com capacidade crítica, comprovando ter uma "visão de mundo".

No entanto, se o resultado é bom, a sua exposição teórica inicial é bastante confusa e limitada, nada parecendo ter que ver com a elaboração de sua história. Daí o pouco interesse da sua afirmação, quando confessa ser anti-maniqueísta (não aceita o ponto-de-vista dos vencedores ou vencidos de 30) e "globalizante do processo histórico, duas características fundamentais de minha visão da História, partilhada por todo o Grupo José Honório Rodrigues".

Gostaríamos de fazer mais uma observação que em nada fere a obra sobre João Pessoa. O livro comentado foi acrescido de uma terceira parte que nada tem a ver com a antologia e denomina-se de *Visão Crítica numa Bibliografia*. Dela fazem parte resenhas de livros de 1930 e pós-30. Apesar do interesse que apresentam, as resenhas quebram a unidade da obra, nada tendo a ver com ela, pois foram escritas com outra intenção e destinam-se a chamar a atenção para livros que estavam sendo publicados. Assim, a antologia e resenha conflitam-se na obra de José Otávio, a primeira devendo existir sem ser molestada pela outra, vizinha incômoda e ocupando espaço que não enriquece a coletânea de textos.

O livro de Inês Caminha, *A Revolta de Princesa: uma contribuição ao estudo do mandonismo local - Paraíba (1930)*, é tese acadêmica defendida na Cadeira de História, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de S. Paulo. Na Introdução a autora diz querer relacionar a política da Primeira República com a política estadual: e a última "teria

implicações profundas com o fenômeno do mandonismo local na vida política brasileira"; no entanto, ao prosseguir no desenvolvimento da tese, ela limita-a cronologicamente e perigosamente, quando diz que "esta — a política brasileira —, no período republicano até 1930 (grifado por nós) era regida eminentemente por uma *política de coronéis*". (grifado pela autora).

O seu livro, entretanto, é coerentemente desenvolvido. Em primeiro lugar, há breve apresentação da problemática geográfica de Princesa, que, entretanto, não contribui para uma abordagem melhor dos problemas, pois restringe-se mais à geografia local e não à do Estado — e nem de Pernambuco, parte integrante, geográfica e historicamente, da Paraíba, fato visível no decorrer da tese da autora; em seguida, temos os capítulos sobre o governo de João Pessoa, a questão da Paraíba e a Aliança Liberal, a revolta de Princesa e, finalmente, a conclusão e o levantamento bibliográfico, que contém vasto material primário, fontes secundárias e depoimentos de atores que participaram daqueles acontecimentos. Podemos dizer, assim, que o plano apresenta seqüência lógica.

Vamos analisar alguns dos capítulos para avaliarmos sua contribuição e limites. Começamos pela primeira parte, a que mostra o governo de João Pessoa. Nela, a autora desenvolve muito bem cada uma das questões que envolvem a política da Paraíba, desde a escolha de João Pessoa para o governo do Estado e o afastamento de outros nomes, até os problemas que ele teve que enfrentar nos dois anos de presidência estadual. O centro dinâmico da sua política é a preocupação com a administração política e financeira do Estado: como ele próprio o diz, "logo que assumi o governo... verifiquei que tudo estava enfeudado às chefias políticas. O chefe político situacionista não se limitava às suas preocupações ou aos seus deveres partidários. Nos municípios, sobretudo, com honrosas exceções, ele intervinha discricionariamente no mecanismo administrativo. Arrecadava e dispunha, como bem entendia, das receitas públicas. Tributava e não era tributado. Fazia justiça, mas não se deixava justificar...". Ou como diz outra vez: "Os municípios viviam, em sua maioria, num regime de irresponsabilidade que lhes retardava todos os elementos de prosperidade. Com prefeitos perpetuados nos cargos, com as rendas sem escrituração regular, absorvido pelos interesses partidários".

Com a verificação destes elementos primordiais, João Pessoa, sem defini-la, levanta toda a problemática coronelística, cerne fundamental da política. E é por estar envolvido neste mundo e por compreendê-lo pragmaticamente, que vai atacar frontalmente o problema, pois todo o sistema de poder, neste momento, está em mãos de pessoas que ele pretende desalojar do poder. Inês Caminha desenvolve muito bem os pontos centrais da luta: é o ataque aos coiteiros, isto é, aos fazendeiros que abrigam e dão respaldo aos cangaceiros, que lhes servem de instrumento contra outros coronéis; é o reforço das medidas judiciais, permitindo o julgamento de coronéis fora de sua zona de influência; a tentativa, frustrada, de impedir a reeleição no legislativo para diminuir a força eleitoral e política do coronel; medidas para coibir abusos nas eleições municipais; medidas para assegurar candidatura aos elementos da oposição; medidas contra jogo de azar; tentativa de coibir abusos, como a isenção do serviço militar para os filhos de famílias poderosas; medidas fiscais de arrecadação de impostos, etc. Cada uma delas está muito bem desenvolvida e apresenta-se como um quadro bastante satisfatório para compreendermos as razões do atrito que João Pessoa teve que sofrer na época. No entanto, falta à autora analisar outro aspecto do problema coronelístico e que assinalamos atrás, quando criticamos a sua afirmação de que o fenômeno, na Paraíba, limita-se cronologicamente até 1930. Sabemos muito bem que uma das leis da dinâmica do coronelismo é que a sua luta pelo poder se dá interclasse, isto é, entre grupos de uma mesma classe, pois é ela quem domina a sociedade e mantém posição privilegiada em relação a outras classes. Quando João Pessoa procura desalojar do poder José Pereira e este reage até armadamente, com a Revolta de Princesa, temos simples exemplo de um atrito entre pessoas representativas de um mesmo sistema. Neste caso, João Pessoa representa uma das alas oligárquicas — mesmo que procure reforçar e modernizar o Estado — e, na medida que ele desaloja os José Pereiras e as outras famílias situacionistas, ele procura fazer com que seu grupo ocupe os espaços vazios, fato que explica meridianamente o domínio oligárquico e coronelístico dos José Américo e outros, que se encarampam no poder em 1930 e que, com raras exceções, não deixam de dominar o Estado até os dias de hoje.

Infelizmente o espaço não nos permite desenvolver cada uma das partes do livro: mesmo

assim, não podemos deixar de assinalar o valor da pesquisa representado pela sua tese central, que é o caso de Princesa. Nesta parte, a autora analisa com bastante isenção cada uma das posições — José Pereira e João Pessoa —, utilizando grande número de depoimentos de ambos os lados; e joga com o numeroso material publicado e também inédito; e dá-nos, no final, rica iconografia dos acontecimentos. Desta maneira — apesar dos pequenos limites assinalados e que não tiram de maneira alguma o valor do trabalho —, a obra de Inês Caminha pode ser assinalada como contribuição essencial para a compreensão da revolta de Princesa e, fundamentalmente, para a visão do problema coronolístico no Brasil. — Edgard Carone.